



Ano II, Num 02
Edição Julho – Dezembro 2011
ISSN: 2179-6033
<http://radioleituras.wordpress.com>

Rádio digital no Brasil: indecisão e impasse depois de 10 anos de discussões

Nelia Del Bianco¹

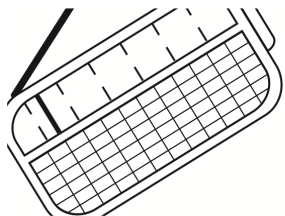
Resumo

A partir da apresentação dos marcos da discussão sobre a definição e implantação do rádio digital no Brasil, a pesquisadora Nelia Del Bianco discute tendências e perspectivas do mercado radiofônico no país e de sua integração com a academia. Neste artigo, o olhar tecnológico abre espaço para a perspectiva política, apontando as dificuldades enfrentadas ao longo dos cerca de dez anos de debate sobre o padrão e os desafios que se apresentam para o futuro. A digitalização e a adaptação da tecnologia às especificidades brasileiras também são elementos considerados para buscar alternativas a esse desafio.

Palavras-Chave: Rádio digital; Futuro do rádio; Comunicação digital.

Boa tarde a todos. Quero agradecer o convite que a Nair me fez para encerrar este seminário falando sobre rádio digital e como bem disse o presidente da Abert, de fato não encerra todo o futuro do rádio e isso é bem verdade. Em vários pontos nós convergimos, e acho que o professor Cebrian apontou de uma forma muito apropriada as várias interfaces do rádio hoje com as plataformas multimídias, apontando portanto esse futuro do rádio. Então ele não é somente digital do ponto de vista da transmissão, mas é também sobretudo, tudo o que o professor Cebrian nos colocou aqui. Também achei difícil fazer essa apresentação, porque ela poderia ser um repeteço de muita coisa que foi falada aqui, explicada durante esse período de pelo menos 10 anos de

¹ Doutora em Comunicação pela ECA/USP e mestre em Comunicação pela UnB. É professora da Faculdade de Comunicação da UnB, onde atua na graduação e Pós-Graduação em Comunicação. Em 2009 recebeu o Premio Luiz Beltrão na categoria Liderança Emergente. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (2008-2011). Atualmente é diretora de documentação da instituição (2011-2014). Email: nbianco@uol.com.br

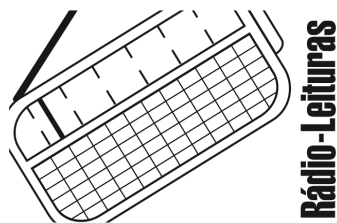


Rádio digital no Brasil: indecisão e impasse depois de 10 anos de discussões

Nelia Del Bianco

discussões que o nosso grupo tem feito sobre rádio digital. Alguns de vocês têm participado de pesquisas coletivas, eu vou mencionar isso daqui a pouco, mas esse seminário que aconteceu em Brasília, no dia 1º de setembro acabou mostrando um reposicionamento do governo diante desse debate. E aí eu acho que a minha contribuição pode ser um pouco maior, porque o debate ainda, a forma como esse seminário se desenvolveu aponta em um direcionamento. Acho que talvez o que eu possa trazer aqui seja prematuro e sob alguns aspectos ainda vai carecer de mais reflexão, no entanto é algo que a gente pode considerar como indícios de uma renovação desse debate.

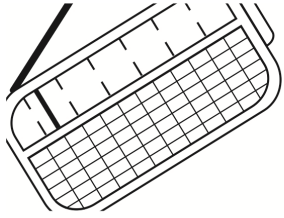
Também fiz um recorte de 10 anos de discussão, embora desde 1995 a Abert contribuía com a discussão sobre o rádio digital, apontando em primeiro lugar modelos, fazendo exposições desses modelos dentro dos congressos anuais realizados no Brasil e logo depois com o fato de que algumas emissoras começaram a testar esses modelos, formatos de rádio digital. Mas eu considero que a discussão de fato, somente vai acontecer a partir de 2002, quando o governo começa a se preparar, a AESP e a Abert se posicionam em relação a modelos já existentes e aí de fato o debate se consolida. Por isso esse corte de 10 anos. Então eu acho que a digitalização traz um momento de ameaças e oportunidades e acredito que muito dessas ameaças que estão na primeira coluna, elas estão na base disso que o presidente da Abert acabou de colocar sobre porque as pessoas estão assustadas... Elas estão assustadas porque de fato veem que isso pode trazer uma perda, uma mudança de status, que a digitalização pode reposicionar os atores tradicionais dentro desse cenário. Então as pessoas ficam inseguras: qual vai ser o meu lugar? O que eu vou fazer aqui? Será que eu vou continuar tendo a mesma projeção e importância que eu tenho hoje? Há o medo também de novos atores que estão no mercado e que já estão se posicionando. As telecomunicações podem, entre aspas, representar essa grande ameaça. Há uma queda de faturamento durante o processo de transição, num momento em que as pessoas não sabem exatamente o que vem pela frente, as emissoras podem perder muito e isso também assombra. É um certo custo que isso vai gerar para se adaptar a



uma tecnologia nova e diante de um rádio que só tem 4% do faturamento da publicidade, segundo dados oficiais. Embora a gente não tenha um levantamento mais atualizado, a Abert fez uma pesquisa já há uns três anos. Por que nem tudo que entra para as emissoras de rádio vem pelas agências de publicidade. Há um faturamento paralelo, uma captação direta que não é contabilizada nessas estatísticas.

Mas ao mesmo tempo essa digitalização também oferece grandes oportunidades. E é nesse ponto que talvez os radiodifusores tenham que mudar o posicionamento. Sair da posição do medo e ver que essa mudança pode representar uma diversificação de conteúdo, na medida em que você pode ter canais diversificados numa única frequência você tem o canal 1, 2 e 3. Você tem uma possibilidade de uma hiper segmentação da programação, portanto vai ter necessariamente que gerar novos conteúdos. Eu acho que essa é a grande mudança que traz – e nesse ponto, tanto o professor Cebrian quanto o Emanuel, estão corretos - de fato o que vai mudar é a questão do conteúdo e é o suporte digital oferece essa possibilidade de uma segmentação, de uma oferta de conteúdo diferenciado. Você ter esse suporte agregado à oferta de produtos multimídia e uma diversificação também da audiência e uma possibilidade de reconquistar uma audiência principalmente jovem, que você está perdendo... Uma alternativa a um modelo de negócio atual, que talvez seja o ponto mais dramático, do meu ponto de vista. Assistindo esse seminário em que nós tivemos a participação da indústria, do segmento dos empresários, das emissoras públicas dos rádios comunitários e a discussão que era central e onde foi mais superficial foi justamente no modelo de negócio. Porque esse modelo vai dizer: nós vamos usar os três canais? Por que como vamos fazer a divisão dos bits nesses três canais? Como que eles vão operar? O que as emissoras podem oferecer nesses três canais? E lógico, evidentemente que uma discussão de rádio digital passa por tudo o que o professor Cebrian colocou, que é o cenário de convergência de mídias digitais.

A gente não pode esquecer que toda a nossa dinâmica de discussões passa por quatro questões: as forças do passado. Então muito dos nossos debates têm sido uma



Rádio digital no Brasil: indecisão e impasse depois de 10 anos de discussões

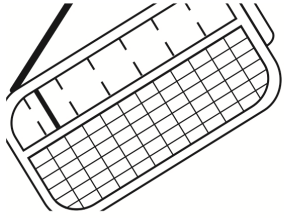
Nelia Del Bianco

tentativa de preservação. Como é que eu continuo fazendo o que faço hoje sem que ninguém mexa comigo. Esse movimento de preservação é dado por uma configuração histórica do nosso modelo de radiodifusão e tem dificultado uma visão de futuro. Um outro é que todo o processo de mudanças passa por aceleradores e freios. Evidentemente a indústria terá que entrar no jogo e a novidade do debate que aconteceu em Brasília é que pela primeira vez a indústria foi convidada a falar. E o que o senhor Emanuel colocou é verdade, a indústria mostra que houve uma queda nos últimos dez anos de 40% na venda de aparelhos de rádio - além da desaceleração do ponto de vista da produção, quando o que se coloca pra vender as pessoas não estão comprando. Vou comprar porque? Que novidade me oferece isso? Não me oferece mais nenhuma novidade.

O poder econômico: como as emissoras comerciais se posicionam diante da emergência das emissoras comunitárias? Em algumas praças menores isso tem sido registrado em pesquisa. Não estou falando isso de achismo. Na UnB fizemos uma pesquisa com 738 radiodifusores, entre comunitários, comerciais e públicos e essa pesquisa mostra que em cidades menores há uma rivalidade crescente entre esses dois segmentos, os comerciais e os comunitários, e as discussões são em torno de busca de faturamento junto ao comércio local, de aumento da potência para além daquilo que foi autorizado pelo governo. Então a rivalidade já está instalada e lógico que tudo isso podem ser os processos de regulação e políticas. Tudo o que faltou até o momento foram políticas públicas e talvez somente no final de 2010, antes da saída do ministro Hélio Costa, vem o primeiro sinal. Aliás foi em abril de 2010, quando ele se candidatou com a criação do sistema brasileiro de rádio digital, que a primeira política pública está no papel em que ele sinalizam com a possibilidade de ter um sistema com algumas características. E lógico que também nessa dinâmica da discussão aparece a questão da oportunidade. Porque que a gente teria que digitalizar? Tem uma motivação para isso: a questão da qualidade do som comparado aos equipamentos que já dispomos. Se pode ouvir música com muita qualidade em outros suportes, porque não no nosso velho e tradicional rádio?



Há uma razão econômica sim, porque o rádio também precisa revitalizar, ele não pode ficar parado no tempo com aquilo que ele oferece dentro de um ambiente de convergência fazendo uma programação analógica. Mesmo que tenha interface com a internet, mesmo que tenha interfaces com celulares, eles possam ser ouvidos nos tablets e outros suportes, ainda há um modelo original, e o jeitão de produzir ainda tem muito de um rádio analógico. Analógico no sentido de como se pensa o processo de produção e lógico que há uma necessidade que impulsiona também essa discussão que é o fato de que se você não está em bits você está fora desse processo de convergência. Isso é inevitável. Por mais que as pessoas digam: ele está na internet, está nos tablets, no celular e em outros suportes digitais não significa que ele é digital. Digital que estou dizendo é digitalizar a transmissão e nesse debate que aconteceu em Brasília, muito do modelo da TV digital foi mencionado como algo que poderia ser colocado com uma perspectiva a ser “imitada, copiada ou apropriada de uma outra forma”. Se a gente fizesse uma linha do tempo sobre esse processo, tem um período de cinco anos em que nós temos um período de demonstrações dos sistemas que acontecem no Brasil. De 2001 a 2005 uma certa preparação para os testes, na medida em que os radiodifusores que começaram a frequentar os congressos da Abert tomaram consciência de que existe um modelo, e eles viram as apresentações que foram feitas. Vejam bem, demonstrações não são necessariamente testes. Havia um convite da Abert para uma empresa, o DRM e o IBOC, a empresa ia lá e fazia uma demonstração de como isso funcionava. Nós vamos ter um período de 2005 a 2010, com duas vertentes, realização de testes no Brasil e a intensificação do debate, paralelamente. Essa intensificação do debate eu não consegui mapear totalmente, mas está entre os congressos da Abert, nos nossos encontros aqui e em muitos dos seminários que foram convocados, pela Câmara Federal, Senado e vários outros atores que encontraram momentos para discutir o assunto. E depois nós temos em 2011 uma proposta do governo que é viabilizar o Sistema Brasileiro de Rádio Digital, o SBRD, e também uma discussão que me mostra um reposicionamento do governo diante do debate. Talvez a grande mudança seja o Paulo Bernardo no Ministério das



Rádio digital no Brasil: indecisão e impasse depois de 10 anos de discussões

Nelia Del Bianco

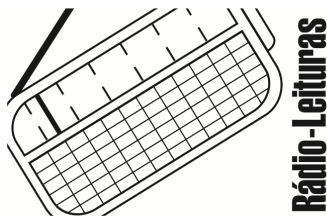
Comunicações. Ele tem feito um trabalho interessante na medida em que está reorganizando a casa. Ele assumiu o ministério - o pessoal da Abert sabe disso - e há centenas e centenas de processos parados, emissoras que não conseguem ter sua licença renovada porque a burocracia não anda no ministério. Então ele tem feito um trabalho de por ordem na casa, e chegou até a questão do rádio digital. Nessa parte de demonstrações de testes a Abert teve um papel importante não só nos seus congressos, mas fundamentalmente, através de três de seus técnicos que ajudaram a entender, a fazer com que os radiodifusores soubessem da existência dessas experiências no exterior, que existiam modelos já em uso, e eles colaboraram muito fortemente com artigos dizendo: o rádio digital é isso, funciona dessa forma, vocês poderão ter vantagens A, B,C... e nesse sentido o Djalma Ferreira, Vitor Purre e o Ronaldo Barbosa foram fundamentais nessa discussão.

E também, não só a Abert, mas a SET teve um papel importante nessa discussão que se dá de 1995 a 2000. Observem que ali o nome era Eureka147, não o DAB, como conhecemos hoje, porque naquela época as demonstrações ainda se davam em torno de um modelo chamado Eureka 147. De 2001 a 2005 a gente tem uma fase de preparação para testes e aí vamos ter algumas coisas interessantes, porque a Abert lançou uma cartilha orientando e dizendo quais são os sistemas, como funcionam, e que vantagens se poderá ter a partir da digitalização. Também ali no início a Abert e a SET criam uma comissão, chamada Conradio, e essa comissão começa analisar esses modelos e a tentar pensar qual a saída. Portanto, desde 2001 já existe isso. A AESP em 2002 inicia as discussões, mas se antecipa na medida que em 2005 ela faz uma defesa clara do IBOC, sendo que naquele momento ainda não haviam sido feitos testes no Brasil. Mas a AESP naquele momento estava avaliando que o IBOC, pelo fato de ter sido gerado por um modelo americano que é semelhante ao nosso, de rádios comerciais, poderia ser vantajoso. A UnB firma um convênio com a Radiobrás para testar o DRM, mas o resultado desse convênio é um relatório inconcluso porque o DRM naquele momento não deu à UnB o suporte necessário para fazer os testes e isso acabou passando também nesse encontro do dia 1º. Os radiodifusores disseram que o



problema do DRM é que o consórcio às vezes não cuida muito da sua relação com os parceiros, e nesse caso esses testes, a preparação desses testes e a sua realização no Brasil, inicialmente, neste convênio com a Radiobrás e a UnB foi prejudicado. Portanto, o que acontece nesse momento é que os radiodifusores, especialmente os comerciais, antecipam a sua decisão pelo IBOC por três motivos. Primeiro que não havia necessidade de mudar de frequência, a convivência do analógico e do digital poderia permanecer por algum tempo e a possibilidade de utilização da infraestrutura existente, que seria boa e poderia tornar os custos menores.

A realização de testes e intensificação do debate vai acontecer da seguinte forma: eu fiz um levantamento juntamente com a bolsista de PIBIC. Nós fomos até a base da Anatel e identificamos ali todos os testes realizados. Então o número que está ali é de testes realizados e não de emissoras que testaram. Optamos pelos testes e algumas emissoras fazem dois testes. Nós tivemos 28 testes nesse período, 14 tiveram relatório final, mas 14 não concluíram. Esses que não concluíram os testes tem a ver com a carta que nós fizemos ao ministro. As emissoras não conseguiram concluir porque foram feitos sem um documento modelo que organizasse e orientasse esses testes. Havia sim, no documento oficial de autorização do teste parâmetros para sua realização, mas não eram suficientemente detalhados. Somente em 2007, salvo engano, que a UnB vai criar um documento que vai ajudar o governo, as emissoras, a orientar a realização desses testes. Portanto, nós temos só três testes no Brasil, oficiais até agora. O da DRM realizado pela UnB, que tinha uma norma para ser realizado; o da HDRadio, realizado pelo Instituto Mackenzie e a Embratel em 2008; e agora, a novidade é que os testes foram retomados. O DRM e o DRM+ estão sendo testados pela Anatel, Ministério das Comunicações, o Instituto Nacional de Tecnologia e o INMETRO também está fazendo parte do processo de medição. Essa retomada tem a ver com um chamamento que foi reeditado pelo governo agora, em junho. E esse chamamento, que é o mesmo que foi editado pelo Hélio Costa, há uns 4 anos, foi reproduzido no sentido de fazer com que novos interessados se dispusessem a fazer testes.

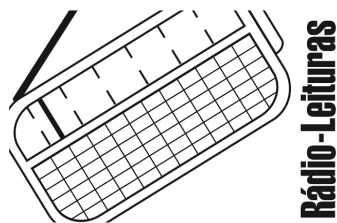


Rádio digital no Brasil: indecisão e impasse depois de 10 anos de discussões

Nelia Del Bianco

Sobre os resultados parciais dos testes. Aqui eu tenho um oficial e um extraoficial e com esse diagnóstico, foi confirmado pelos engenheiros que participaram do seminário em setembro. O que eles disseram, o IBOC ou o HD são muito bons para FM. O DRM+ também, mas é péssimo para o AM e isso está no relatório do Mackenzie. Evidentemente que péssimo fica por minha conta e péssimo fica também por conta dos engenheiros que falaram no seminário do dia 1º. Eles dizem assim, tem problema de robustez, tem áreas de sombra e reduz a cobertura original das emissoras. Esses dados do DRM eu peguei num relatório que está escondidíssimo na internet, porque o governo decidiu reabrir os testes, mas não irá divulgar os relatórios oficialmente, só irá divulgá-los comparativamente em março de 2012. Um engenheiro muito fanático, diz o seguinte: é bom para o FM o DRM+, mas o DRM ainda apresenta problemas no AM: robustez, áreas de sombra e também tem redução da área de cobertura original. Então, nós estamos com um problema chamado AM. Qual foi a importância do debate do dia 1º? Foi recolocado um problema que é sério e que a pesquisa que fizemos LAPCOM da UnB com 738 emissoras de rádio já mostrava isso. O AM parou no tempo. Parou no sentido em que as emissoras não estão investindo, não há renovação da programação, se faz uma programação em que aquela que faz sucesso vem sendo mantida. Muitas emissoras já estão cedendo espaço para igrejas, porque não tem mais faturamento. Então esse problema traz a questão do AM.

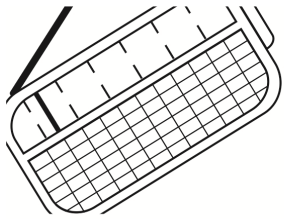
Qual tem sido nossa contribuição nesse debate? Lógico que o projeto que nós fizemos em 2006, que foi um levantamento em que nós combinamos que aquele era o nascimento do rádio digital para nós, naquela época, e que a gente não poderia perder essa chance de ver esse nascimento, ou seja, acompanhar as emissoras. Eu me lembro que a Nair fez o acompanhamento em Minas Gerais, o pessoal do Rio também acompanhou, nós tivemos um pessoal no Rio e São Paulo, acompanhando os testes e no Rio Grande do Sul. Foi produzido um relatório que mostrava também toda essa ansiedade e dificuldade que as emissoras sentiam naquele momento, de entender como a tecnologia funciona. E lógico, a questão do delay já estava presente nesses testes, que embora não tivessem uma regra muito bem detalhada por parte do



governo e sem a instrução que foi aprovada depois, eles já viam a questão do delay de 8 segundos, em alguns casos chegando a 10, conforme relatórios feitos pelos nossos colegas. Lógico que aqui tem essa carta²... A Nair já mencionou. A carta traz em si parâmetros que nós julgávamos importantes, que o rádio digital deveria trazer. E muitos desses pontos são convergentes até mesmo com a Abert, quando a gente dizia que o rádio deveria continuar gratuito, que o modelo não poderia ser um fator de exclusão e sim de inclusão, que todos os segmentos deveriam ser contemplados. Ou seja, se existem rádios comunitárias, comerciais e públicas, todas elas deveriam ter espaço, que esse modelo deveria garantir uma transição gradual a considerar o nível de renda do brasileiro, que ele teria dificuldade de comprar um rádio novo. Que deveria ser um fator de conteúdo para que essa rádio pudesse ganhar e conquistar mais ouvintes. Em resumo, nós fizemos ali uma proposta de parâmetros que de uma certa forma estão contemplados no Sistema de Rádio Brasileiro Digital, assinado em abril de 2010 pelo Hélio Costa.

Agora vem a questão do nosso debate, que está muito condicionado ao que eu disse no início. Nosso debate público tem muito das ameaças movendo certas posições e pouco de visão de futuro das oportunidades. Eu acho que deu pra perceber nesse debate, fazendo uma análise das matérias publicadas - uma outra bolsista minha reuniu 250 matérias publicadas na imprensa no período de 2000 a 2010 em que ela levanta essas informações e dá pra gente chegar a algumas conclusões sobre o que as pessoas pensavam e discutiam nessas matérias. De uma forma muito sintética a sociedade civil e aí ela é representada principalmente pela ARPUB, que é a Associação de Rádios Públicas; a Abraço, que é a associação de rádios comunitárias; a sociedade civil de um lado e outros atores que são os engenheiros mais politizados que também passaram a fazer a defesa de um ou outro modelo, eles reivindicaram uma participação na discussão e isso ficou claro no debate do dia 1º. A Abraço não havia

² “Carta dos Pesquisadores de Rádio e Mídia Sonora do Brasil”, divulgada em 2007 pelos integrantes do Grupo de Rádio e Mídia Sonora da Intercom, em que os integrantes do grupo se posicionam em relação aos estudos dos modelos de rádio digital divulgados pelo Ministério das Comunicações e pela Anatel.

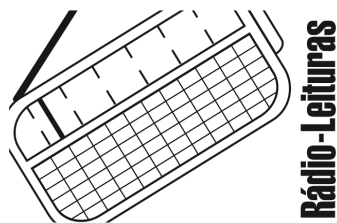


Rádio digital no Brasil: indecisão e impasse depois de 10 anos de discussões

Nelia Del Bianco

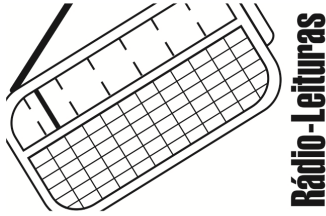
sido convidada e foi convidada de última hora, porque a Abraço reivindicou: “se você está ouvindo todos os segmentos então deve nos ouvir, porque hoje nós temos 4800 emissoras legalizadas”. A ARPUB, que não foi convidada, ficou na plateia e reclamou: “porque que vocês não me convidaram?” Então a discussão no Brasil tem que contemplar todos os segmentos, não há outra alternativa. Esse é o modelo de radiodifusão que eu tenho.

Então as nossas forças do passado como dizia o Fidler moldam o futuro, não podemos esquecer-la. O modelo que favoreça todos os atores do sistema foi deles e era nosso também na carta. Que o IBOC pode excluir emissoras comunitárias e pequenas, porque naquele momento das discussões se tinha duas questões: uma pelo engenheiro, o Manhães, que foi o primeiro a dizer que o IBOC era um comedor de frequências, na medida em que ele precisa de um espaço maior para modular em relação ao DRM. E nesse sentido ele diz: “olha, do jeito que ele precisa de tanto espaço alguém vai sobrar”, e vai sobrar a comunitária que está lá na ponta do dial. E as pequenas reclamavam, porque diziam: “olha, tem que pagar um royalty e eu não tenho dinheiro para isso. Mal eu consigo manter a folha de pagamento, pagar a conta de luz, como é que eu vou sobreviver?” Todas se manifestaram contra qualquer tipo de pagamento de royalties. Do lado de cá, dos radiodifusores comerciais houve uma defesa clara no sentido nós temos que ter um modelo simulcasting. A gente tem um modelo que permita que analógico e digital sejam ouvidos da mesma forma, no mesmo canal, na mesma banda. Houve uma antecipação em defesa do IBOC, um forte sentimento de preservação do negócio, da forma como ele está colocado hoje e nessa preservação a crítica que a gente pode fazer é que houve pouca visão de futuro, das poucas possibilidades que isso pode gerar e isso distorceu um pouco o debate. A gente ficou muito centrado em como que se mantém e ninguém viu aquilo como uma grande fronteira, como disse o Castells quando a internet surgiu: “os primeiros a perceberem que a internet era uma grande fronteira para os negócios foram os empresários e foram lá e ocuparam”. Então no rádio faltou esse sentimento de visão de futuro. Às vezes as discussões dominavam uma visão de grandes empresas em detrimento das



pequenas e médias e digo isso porque eu participei do Conselho de Rádio Digital, criado pelo ministro Hélio Costa, e a discussão era esta. Aí ele tinha uma visão de grande, o grupo dizia para ele: “não, mas tem que incluir as pequenas e as médias, que a situação delas é muito diferente”. E esse era o nosso embate. No cenário internacional o que contribuiu para as coisas ficarem mais complicadas: a ausência, como o professor Cebrian colocou muito bem, a ausência de experiências de sucesso na medida em que a experiência que a gente conhece de sucesso é da Inglaterra, mas só ganhou o público e a audiência porque ela melhorou e diversificou a programação. Baixa disseminação, fato de que não se tinha rádio acessível a todos os modelos, pouca gente estava interessada e não havia nenhum modelo que pudéssemos dizer: esse modelo é bom pra nós. Faltou isso. Talvez agora, provavelmente com a consolidação do modelo americano nos EUA, ele possa nos servir de uma medida de sucesso que possamos assimilar. Mas ainda é cedo, porque o nosso debate é movido pela tentativa de estabilidade e segurança e isso nos atrapalha às vezes. A falta de um padrão adaptado às condições brasileiras também pesou porque as tecnologias existentes vão precisar serem abertas e adaptadas e isso também ficou claro no debate do dia 1°.

Não tem uma tecnologia pronta que nos atenda hoje. Há as seguintes condições: há um mercado, que é constituído por comerciais, públicas e comunitárias, todas fazem parte do mercado, todos disputam audiência. Topografia, um problema de São Paulo, se vai pegar bem em lugares onde tem serras, morros, a densidade geográfica e a dimensão geográfica do Brasil... O pessoal do DRM que participou do seminário fez questão de mostrar dois exemplos: Índia e Rússia. Porque? Eles dizem se na Índia e na Rússia funcionam, aqui no Brasil vai funcionar, porque vocês tem situações semelhantes e a questão da densidade demográfica, que é o fato de que em lugares com muito ruído, muita gente, muitos prédios, funciona bem. Pelo menos em alguns exemplos internacionais e, lógico, as cidades ruidosas representam um grande problema. No meu pós-doutorado, eu tive a oportunidade de conversar com o diretor técnico da Cadena Ser, em Madri, e um problema muito sério do DAB em Madri é



Rádio digital no Brasil: indecisão e impasse depois de 10 anos de discussões

Nelia Del Bianco

exatamente a questão do ruído, Não se consegue ouvir razoavelmente o DAB, que é um padrão forte, dentro de Madri. E os detentores da tecnologia também ajudaram a gente a ficar inseguros. Primeiro, o IBOC pertence a uma empresa, há uma resistência e isso ficou claro no debate do dia 1º, ao fato de que a gente possa utilizar uma tecnologia que pertença a uma empresa. Há muitas dúvidas quanto a isso, insegurança quanto a essa dependência. Vai haver transferência de tecnologia? Nós podemos nos apropriar dela? É uma grande incógnita e o debate não deixou isso claro.

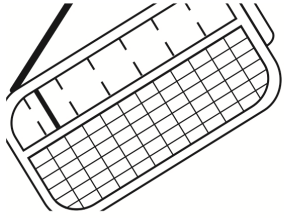
O DRM é um consórcio com características européias. Embora o DRM diga assim: nós não somos europeus. Nós somos um consórcio com pessoas de muitas partes do mundo, portanto nós somos uma tecnologia que pode atender qualquer tipo de país. Mas deram pouca assistência nas fases iniciais de teste que aconteceram aqui no Brasil. Agora há um compromisso público desses desenvolvedores de dar maior assistência.

O que o governo fez nesse momento, que é a outra parte do debate público. Criou esse conselho consultivo. Foram poucas reuniões, não havia ata nos conselhos, nós pedíamos que fossem feitas atas e não foram feitas. Então não temos registros do que aconteceu, a não ser anotações individuais. Depois houve uma consulta pública para os critérios, que aconteceu em 2007, e foi quando as rádios puderam fazer minimamente testes, com o mínimo de segurança e com base técnica colocada em consulta pública e aprovada. Houve um chamamento público para abertura de novos testes, que aconteceu em 2009 - mesmo chamamento reeditado agora em fevereiro de 2011 – e lógico, o Sistema Brasileiro de Rádio Digital que foi a contribuição final do Hélio Costa, mas ele é um documento legal, ainda não se transformou em projeto.

E o que é que esse sistema nos diz, o que poderá ser o sistema de rádio digital no Brasil? Ele é uma verdadeira carta de intenções. O que nós queremos de quem detém as tecnologias é que nos ofereça? Isso está sendo usado no relacionamento com os detentores de tecnologia. Primeiro que tenha boa qualidade em qualquer circunstância; a utilização eficiente do espectro, isso tem a ver também com o futuro



do rádio AM; desenvolvimento de novos serviços e modelos de negócios, isso está na lei; participação de instituições de ensino e pesquisa no ajuste e melhoria do sistema. Então o nosso sistema terá de passar por adaptações e que tenham a contribuição das universidades. Outra coisa requerida nesse sistema nosso são soluções para a baixa potência, com custos reduzidos, o que está implícito. Lembre-se das rádios comunitárias e das públicas, que não tem recursos para a troca de seus equipamentos. Será necessário, portanto, ter uma relação diferenciada. Propiciar a criação redes de educação a distância para mim é o ponto mais incógnito dessa legislação, porque isso vai depender muito do modelo de rádio digital. Nós vamos ter canais dedicados à educação, a exemplo do que acontece na TV digital. Isso se falou no debate do dia 1º. Falou-se até na criação de uma rádio nacional, de ter um canal nacional, aí isso em já fiquei em dúvida, não me soou bem. Incentivar a indústria nacional e local na produção de instrumento e serviços digitais, transferência de tecnologia. Ou seja, não basta você ter a tecnologia nas emissoras, mas que a indústria possa se apropriar desta tecnologia e, portanto, fabricar rádio mais barato e garantir no que puder a isenção de royalties. Esse é um assunto que a gente pode falar daqui a pouco. Houve inicialmente uma preocupação com o modelo técnico, com o padrão que nós vamos buscar e uma menor preocupação com essas questões que estão colocadas aí: renovação da programação, produção de conteúdo multimídia, e especialmente algo que vai pesar no futuro, capacitação dos profissionais que trabalham nas rádios, porque você vai ter que produzir para um suporte: o que eu vou colocar na tela de cristal líquido? É um público diferente, eu tenho que ter uma outra linguagem para me apropriar disso. Esses profissionais estão preparados? Nós fizemos essa pesquisa, que foi mostrada aqui o ano passado. Esse ano ela foi atualizada. No ano passado nos tinha 500 radiodifusores esse ano chegamos a 738 e os dados revelam algumas questões com as quais o governo terá de se preocupar. Primeiro, o que a gente percebeu: as rádios estão digitalizadas, da maior à menor, há processo de produção. Isso não é mais problema. Detalhe, a internet está em 96% dessas emissoras, também não é mais problema. 95% utilizam a banda larga, mas a estrutura de transmissão gera



Rádio digital no Brasil: indecisão e impasse depois de 10 anos de discussões

Nelia Del Bianco

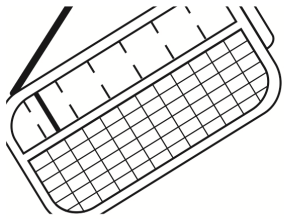
preocupação. 35% estão com o transmissor valvulado. Para entrar no digital tem que jogar fora o que tem, 37% delas são AM, 63% são FM, que estão nessa condição. Entre elas muitas emissoras públicas. 11% dos transmissores tem mais de 20 anos. 52% dos radiodifusores que deram entrevistas disseram que gostariam muito de trocar o transmissor, até para se adaptar ao digital, até porque teriam que optar pelo modular, porque não tem dinheiro. Nós perguntamos quanto ele teria para gastar, 80% teria menos de 300 mil reais para gastar num processo desse. É muito pouco. A maioria sabe o básico sobre digitalização pelo que lê na imprensa e na revista da Abert e algumas revistas da Set, mas eles estão muito críticos em relação ao processo. Eles dizem está lento demais, centralizado em torno de poucos e falta informação. É a maior crítica dos radiodifusores. Do outro lado o que eles querem? Políticas públicas que tenham isenção fiscal para compra de equipamentos e renovação do parque técnico de transmissão em especial; linhas de crédito para financiarem modernização, eles dizem que com o faturamento que tem e com os anos de depreciação dos equipamentos muitas coisas terão que ser trocadas e, portanto, o investimento é alto. A maioria diz não ter esse recurso. E uma política industrial que seja coerente e que resulte num barateamento. Digamos que estamos numa fase de viabilizar esse sistema. A leitura que se pode fazer, e com todo o risco de fazê-la apressadamente, afinal tem poucos dias, é que o governo parece que quer se posicionar no sentido de viabilizar o sistema criado em 2010. Ele existe no papel, mas não existe na prática.

Qual é o reposicionamento do governo nesse momento? Houve essa consulta pública para a abertura de testes em junho, novos testes - e quem desenvolve tecnologias também pode se apresentar. Dentro desse chamamento público o HDRadio também está fazendo suas propostas, dizendo como quer se posicionar nesse mercado. Da mesma forma que o DRM. Então não é só para testes, mas também para apresentações de como é que essa tecnologia se aproxima ou não do SBRD. Início das negociações, testes comparativos que vão até março de 2012, antes disso nenhum relatório será publicado - e aquela pesquisa que nós fizemos em 2006 é inviável porque não poderemos acompanhar esses testes. O início das negociações com a HD:



a novidade do seminário, é que foi criada uma empresa no Brasil para representar o HDRadio. O representante dessa empresa é que fará as negociações sobre os royalties. Ele esteve presente no debate e disse com todas as letras: royalties não é mais comigo, é com essa empresa. O dono é um brasileiro, disse que é brasileiro, e que vai defender o Brasil, não vai cobrar royalties. Mas a discussão não está totalmente clara porque tem a questão de transferir para a rádio. Um diretor de emissora de rádio falou muito claramente, você tem que dizer que você vai cobrar cinco reais de cada aparelho de rádio e vai transferir para o detentor da tecnologia e se o consumidor vai pagar eu também vou pagar, porque isso acaba dentro da cadeia sobrando pra mim. Essa questão foi uma das mais nebulosas dentro do debate, não está claro quais as condições dessa negociação ainda, porque ela está acontecendo. O seminário que aconteceu, a conclusão dos testes vai até março de 2012, e ainda será feito um novo teste com a HDRadio ainda este ano (2011), porque o do DRM já foi feito em 2010 e terá continuidade agora.

Outra coisa importantíssima. Pela primeira vez o desenvolvimento de estudos relativos ao impacto de desenvolvimentos sociais e também na indústria será realizado simultaneamente aos testes. Essa é uma questão interessante porque eles querem deixar o debate superar a visão do debate centrado na tecnologia, querendo entender: o que vai acontecer com o setor? Ele tem condições de assimilar essa inovação? Como? De que forma? Qual o modelo de negócio? Essas questões que antes não estavam na mesa voltaram, ditas por nós em documentos e em textos, e agora estão no debate público. E a realização de estudos alinhados com as recomendações da UIT. Ou seja, todos os testes seguirão padrões internacionais. Então ninguém está inventando a roda. Estamos querendo seguir uma cartilha mundialmente aceitável e que outros países também utilizaram na realização de seus testes. De tudo isso o que eu posso ler é que esse reposicionamento do governo também traz à cena outra coisa que pra mim é mais nebulosa. O ministro esteve num debate realizado na Câmara Federal dois dias antes desse seminário e disse publicamente que a gente deveria levar em consideração o modelo brasileiro. Este modelo brasileiro, foi dito no debate, que



Rádio digital no Brasil: indecisão e impasse depois de 10 anos de discussões

Nelia Del Bianco

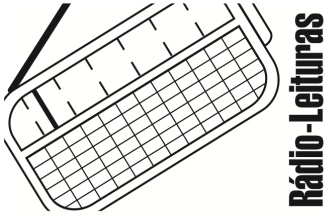
poderia ser o que aconteceu com a TV digital: uma base japonesa, que foi apropriada pelo Brasil, melhorada, e portanto nós temos um sistema nipo-brasileiro.

O que me parece é que este é o norte. Que tecnologia é esta que vai nos permitir nos apropriar, realizar estudos, e fazer com que ela seja adequada ao mercado brasileiro? Então esse redirecionamento do debate tem ainda um outro ponto. O que fazer com o AM? Foi colocado muito claramente que a situação do AM não pode esperar o digital. Mais uma vez se trouxe à tona a discussão de transferir o canal de AM para o VHF, canal 5 ou 6. Tive a impressão de que essa foi a solução que teve mais concordância entre os gestores, os engenheiros que estavam ali presentes. A perda de faturamento e de audiência da AM é coisa que todos nós conhecemos, mas esse é um fator decisivo para se dar continuidade a discussão. A digitalização, foi claro na visão dos engenheiros, o que eles disseram é que tanto no DRM quanto no IBOC você precisa de uma faixa maior para modular o canal digital junto com o analógico e mesmo quando você tira o analógico ainda precisa de uma faixa grande. Então vai dar problema. Um canal vai encostar no outro, usando um linguajar não técnico. Significa que não tem robustez. Então o que ficou claro no debate, é consenso, que o AM não pode esperar a digitalização. A solução tem que vir de imediato e ela é técnica. Isso significa que a Anatel vai ter que estudar o espectro, encontrar uma solução e depois vai digitalizar o AM, numa frequência que ele esteja mais acomodado.

Considerar a possibilidade de desenvolvimento de uma tecnologia nacional a partir de um formato já existente é uma coisa que está em jogo. Criar mecanismos para desenvolvimento da indústria nacional de transmissores, e pela primeira vez teve a presença da associação chamada Eletros, que congrega o setor de produção de eletrodomésticos, trazendo dados, mostrando a queda do faturamento da produção de rádio e não só isso, a queda nas vendas e a necessidade de pensar o modelo de negócio, que foi o item menos desenvolvido, porque na verdade ninguém sabe o que fazer. Os radiodifusores ainda estão muito inseguros porque percebem que a mudança tem impacto, mas que não conseguem ver as oportunidades de negócios que podem surgir. Isso porque eles acham que já estão perdendo e temem que vão perder ainda



mais, pelo menos esse foi o sentimento ali colocado. É importante considerar uma gestão racional do espectro, o que significa reacomodar o AM num lugar que permita ser digitalizado com o mínimo de qualidade - pelo menos foi o que os técnicos colocaram - e encontrar um modelo que contemple a diversidade de emissoras no Brasil. Os segmentos organizados da sociedade civil vão pressionar e vão dizer: nós queremos nosso lugar e esse lugar tem que acolher as diversidades e nosso modelo não poderá ser exclusivista, porque ele não é assim desde sua origem. Então eu diria que o futuro do rádio é digital, não importa se só na questão da transmissão. Eu disse alguns anos atrás que tudo vai mudar com a digitalização, num seminário, e fui muito criticada, mas eu sai do seminário convicta de que o futuro é digital, seja ele pelo processo de produção, transmissão ou como o professor Cebrian colocou muito bem, na presença dele em multiplataformas de forma diversificada. Agora digital significa pensar digitalmente e talvez seja essa a grande mudança que está para ser construída, porque essas referências para o setor de radiodifusão ainda são pouco palpáveis dado o processo de formação histórica do segmento. A própria pesquisa da Abert que eu menciono num dos estudos mostra que 42% dos nossos radiodifusores tem no máximo o ensino médio. Então a gente tem carência de profissionais com formação superior, embora a gente possa ter excelentes profissionais que não frequentaram universidades. Evidentemente não estou falando de curso de comunicação, mas nós temos um desafio de qualificação de mão de obra muito forte na área de rádio e isso tem a ver com os técnicos também. A gente perguntou para os técnicos, na pesquisa do LAPCOM, se em algum momento eles tentaram estudar, saber como funciona o rádio digital. Eles não conhecem, eles nunca viram, poucos conseguem ir aos congressos da Abert. Custa caro ir ao congresso. A emissora tem que pagar e então esse investimento no quadro profissional se torna muito mais urgente para que a gente de fato possa pensar digitalmente sob todos os aspectos na produção e na digitalização. Mais uma vez eu agradeço o convite da Nair e o prazer de estar com vocês durante tanto tempo. Obrigada!



Rádio digital no Brasil: indecisão e impasse depois de 10 anos de discussões

Nelia Del Bianco

Abstract

From the presentation of the discussion marks on the definition and implementation of digital radio in Brazil, the researcher Nelia Del Bianco discusses trends and prospects in the country radio market and its integration with the academy. In this paper, the technology perspective opens up room for looking the political perspective, pointing out the difficulties faced over the nearly ten years of debate about the standard and the challenges that present themselves for the future. The digitization and adaptation of technology to Brazilian specifications are also considered elements to seek alternatives to this challenge.

Key Words

Digital Radio; Radio future; Digital Communication

Resumen

Partiendo de la presentación de los marcos del debate sobre la definición e implantación de la radio digital en Brasil, la investigadora Nelia Del Bianco discute las tendencias y perspectivas del mercado radiofónico en el país y de su integración a la academia. En ese artículo, la mirada tecnológica da lugar a la perspectiva política, apuntando las dificultades enfrentadas al largo de los diez años de debate sobre el estándar y los desafíos que se presentan para el futuro. La digitalización y la adaptación de la tecnología a las especificidades brasileñas también son elementos considerados para buscar alternativas a ese desafío.

Palabras Clave

Radio digital; Futuro de la radio; Comunicación digital